

ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2024-PMS

Processo Licitatório nº 190/2024-PMS.

Contratação nº 902292024

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, na função de vigilante desarmado, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos. Local: Prefeitura Municipal de Schroeder - SC, Rua Marechal Castelo Branco nº 3201, Centro.

ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado já qualificada no pregão em epígrafe, por sua representante legal adiante assinada, vem, respeitosamente, perante V. Sa., com fulcro no art. 165 da Lei n. 14.133/21 e item 10 do edital, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face dos atos praticados no **PREGÃO ELETRÔNICO n. 59/2024**, instaurado pelo **MUNICÍPIO DE SCHROEDER**, pelas razões de fato e de direito expostas a seguir.

Outrossim, requer o conhecimento e a procedência do presente recurso.

1. SÍNTESE DOS FATOS

O **MUNICÍPIO DE SCHROEDER** instaurou o pregão eletrônico n. 59/2024, visando a contratação de empresa para prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, na função de vigilante desarmado, conforme abaixo:

1 - Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança - Orgânica -24 Horas Diurnas

Descrição Detalhada: Contratação de empresa para prestar serviços continuados de VIGILANTE DESARMADO, devendo manter um vigilante, 24h por dia, de segunda-feira a segunda-feira de forma ininterrupta, visando a segurança patrimonial, realizando o controle de acesso de visitantes e funcionários, monitoramento de segurança e rondas periódicas, apoio no atendimento ao público, fiscalização de instalações e atendimento de emergências, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Sendo um posto localizado na portaria da Prefeitura Municipal de Schroeder, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro.

Após a fase competitiva do certame, sagrou-se vencedora, de forma totalmente arbitrária, a empresa **SEVEG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA.**, tendo em vista que passaram despercebidas pelos olhos da administração diversas irregularidades na documentação contábil apresentada, notadamente pela ausência de demonstração de lucros ou prejuízos acumulados e notas explicativas apócrifas e sem registro no órgão competente.

Além do mais, indispensável a realização de diligências para comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica, conforme assegura a Lei n. 14.133/21 e o próprio edital.

Passamos às razões do competente recurso.

2. MÉRITO

2.1) Habilitação Irregular

a) Ausência de qualificação econômico-financeira

Documentação Contábil Irregular

Para qualificação econômico-financeira, o município exige a apresentação dos seguintes documentos:

7.3. PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

7.3.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do proponente com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

7.3.2. Demonstrações contábeis do último exercício social, **já exigível e apresentado na forma da lei**, com abertura e fechamento dos livros e registros referente ao balanço patrimonial (**devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da Licitante**);

7.3.2.1. Para comprovação da letra "7.3.2", as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar o arquivo que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED) e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED);

7.3.2.2. Não serão aceitos balancetes não registrados.

7.3.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, com a apresentação do termo de abertura, devidamente registrado.

7.3.4. Os índices financeiros apresentados no balanço patrimonial deverão ser maiores do que 1, exceto o de endividamento que deverá ser menor que 1. Caso os índices não sejam apresentados, ou os valores diferentes do solicitado, o patrimônio líquido deverá corresponder à 10% do valor da contratação.

[grifos nosso]

Denota-se dos excertos colocados acima que as demonstrações contábeis deverão ser apresentadas na forma da lei e devidamente registradas na Junta Comercial do Estado.

No entanto, as notas explicativas, parte integrante da documentação contábil e de apresentação obrigatória por força do ordenamento não foi registrada no órgão competente conforme exige o edital.

Nestes termos, a NBC TG 1000, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, estabelece que devem ser elaborados pelas pequenas e médias empresas, entre outras peças fundamentais, o balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício, a **demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (item 6.4) e as notas explicativas (item 8.1)**.

Por sua vez, a Lei n. 6.404/76 já estabelecia a obrigatoriedade dessas peças:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício; e

IV – demonstração dos fluxos de caixa; e

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

(...)

§ 4º **As demonstrações serão complementadas por notas explicativas** e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

[grifos nosso]

Em que pese o dispositivo supramencionado aplicar-se às sociedades anônimas, adota-se, por extensão, à empresa recorrida, especialmente porque a já citada NBC TG 1000 determina expressamente a apresentação dessas peças.

O Decreto n. 9.580/18 também estabelece, em seu artigo 286, que ao fim de cada período de apuração, o contribuinte deverá apurar o lucro líquido **por meio da elaboração, em observância às disposições da lei comercial, do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do período de apuração e da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.**

Assim, apura-se que a documentação relativa à qualificação econômico-financeira juntada pela empresa recorrida não foi apresentada na forma da lei, pois em desconformidade com a Lei n. 6.404/76, com o Decreto n. 9.580/18 e com o modelo contábil correspondente.

O doutrinador Antoninho Marmo Trevisan em sua obra "Como Entender Balanço" ensina que:

O Balanço Patrimonial é apenas uma das demonstrações financeiras preparadas pelas empresas e demais organizações. Mostra a posição financeira e patrimonial dessa empresa numa determinada data – normalmente em 31 de dezembro – como se fosse uma fotografia. [...] Quais são as demais Demonstrações Financeiras de uma empresa? São elas:

- Demonstrações do Resultado do Exercício;
- **Demonstrações de Lucros e Prejuízos Acumulados**, que pode ser substituída nas empresas de capital aberto pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- Demonstrações de Valor Adicionado, obrigatória apenas para as companhias abertas, e;
- **Notas Explicativas**.

[grifos nosso]

As peças aqui pontuadas são, portanto, parte integrante das demonstrações contábeis e foram taxativamente exigidas pelo órgão quando previsto no edital que o balanço deveria ser apresentado na forma da lei.

Além disso, considerando que o edital também prevê que a habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos por ele abrangidos, não se pode ignorar a IN n. 3/2018 que expressamente exige balanço patrimonial elaborado e **registrado nos termos da legislação em vigor.**

Além de ferir a legislação, a empresa recorrida ofende também o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, vez que TAXATIVAMENTE exigido no edital o que aqui pontuado.

Douta administração, **a empresa recorrida além de não apresentar o DLPA, apresentou notas explicativas sem qualquer validade, visto que sem registro no órgão competente e totalmente apócrifas.**

Sendo assim, são diversos ordenamentos/regulamentos/resoluções/manuais que impõem a apresentação dessas peças indispensáveis para análise da saúde financeira das empresas, além do próprio edital.

Não se pode olvidar, ainda, que sem a apresentação da DLPA não é possível analisar o desempenho financeiro da empresa em relação aos lucros e prejuízos, impedindo a visualização de ações estratégicas para reverter situações de prejuízo.

Por sua vez, as notas explicativas detêm informações fundamentais para facilitar a compreensão das demonstrações contábeis, sendo de apresentação obrigatória por força da legislação, e imprescindível quando a análise do balanço ocorre por profissionais que não são da área da contabilidade, situação que se observa na grande maioria das licitações públicas.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina já se debruçou sobre a tese aqui defendida, eis que, em situação praticamente idêntica, o Excelentíssimo Juiz de Direito, Dr. Luis Francisco Delpizzo Miranda, julgou pela legalidade da inabilitação de empresa Conserve Serviços Gerais Ltda. na concorrência pública n. 02/2017 que **não apresentou o balanço patrimonial na forma da lei.**

Em seu julgamento, o eminente juiz adotou parecer de profissional contabilista que verificou a ausência de documentos obrigatórios pela legislação específica no balanço patrimonial da impetrante, quais sejam, **notas explicativas**, a DMPL, a DRA e DFC, descumprindo as demonstrações contábeis obrigatórias pelas normas brasileiras de contabilidade, as Leis n. 11.638/2007 e Lei n. 6.404/76.

Segue trecho do parecer do especialista em contabilidade retirado da decisão:

Diante dos levantamentos realizados por esta Coordenadoria e análise dos documentos recebidos pela mesma, conclui-se que o Balanço apresentado pela empresa Conserveo atende aos requisitos da estrutura que determina o SPED, contudo **observa-se a ausência nos documentos obrigatórios por legislação específica como as notas explicativas, a DMPL, a DRA (caso apresentada separada da DMPL) e DFC, descumprindo as Demonstrações Contábeis obrigatórias pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, as Leis nº 11.638/2007 e Lei 6404/76.** Finalmente, ao que se refere à apresentação do Balanço Patrimonial a empresa cumpre os requisitos mínimos de apresentação do SPED, porém faltou atender dentro do SPED as demais leis vigentes para apresentação das Demonstrações Contábeis Obrigatórias" (fl. 200). (o grifo não consta do original). Dessarte, considerando que o ente licitante submeteu os documentos apresentados a profissional técnico capacitado, e que esta concluiu por sua insubsistência após confrontá-los com a legislação pertinente, entendo que não há o indispensável fumus boni iuris a estear a pretensão liminar almejada. Não vejo razão para adotar entendimento diverso.

[grifos nosso]

Por sua vez, segue trecho da decisão que adotou na íntegra este parecer:

Dessarte, **considerando que o ente licitante submeteu os documentos apresentados a profissional técnico capacitado,**

e que esta concluiu por sua insubsistência após confrontá-los com a legislação pertinente, entendo que não há o indispensável *fumus boni iuris* a estear a pretensão liminar almejada. **Não vejo razão para adotar entendimento diverso**.
Ex positis, DENEGO A SEGURANÇA pretendida.

[grifos nosso]

É evidente que o juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública que sentenciou em 26/03/2018 nos autos do Mandado de Segurança n. 0311945-03.2017.8.24.0023 agiu com extrema maestria ao seguir o prescrito na legislação contábil vigente em nosso país.

Conclui-se que assim como as notas explicativas, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados fazem parte das demonstrações contábeis e trazem informações relevantes sobre a condição financeira das licitantes.

Não resta dúvida acerca da obrigatoriedade da apresentação dos documentos retromencionados com base na lei de licitações e nas normas de contabilidade.

Com efeito, a obrigatoriedade de apresentação de documentos contábeis na fase de habilitação do certame tem por finalidade propiciar que a administração pública examine a situação econômico-financeira da licitante antes de efetivar a contratação.

Outrossim, pretende a administração cercar-se de garantias econômico-financeiras para a conclusão do objeto do contrato com o objetivo de avaliar a real capacidade de execução do objeto da licitação, porquanto, visa constatar se a licitante terá solvência e solidez suficientes para cumprir com o contrato, e, encontra fundamento jurídico no inciso XXI, art. 37, da Constituição Federal.

Como exposto alhures, busca-se resguardar o cumprimento contratual na sua integralidade, e do próprio edital, selecionando empresas financeiramente saudáveis.

A inabilitação da empresa recorrida é medida que se impõe.

b) Qualificação técnica

Necessidade de realização de diligências

Considerando que o ato convocatório expressamente garante a realização de diligências para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes (item 7.17). Considerando, ainda, que o edital prevê que o fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica (item 7.4.6), **indispensável a realização de diligências para comprovação da legitimidade dos atestados apresentados pela empresa recorrida.**

Sabido é, inclusive, que a realização de diligências já é enfrentada pelos Tribunais como um poder-dever, e não uma mera faculdade.

Nestes termos, a existência de qualquer rastro de dúvidas em relação a proposta/documentação apresentada resulta imediatamente na realização de diligências.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região já decidiu neste sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. **PREGÃO ELETRÔNICO. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APRESENTAÇÃO DE PLANILHA DE CUSTOS. PRAZO. PREVISÃO EDITALÍCIA.** 1. A observância dos princípios que norteiam as licitações em geral, especificamente os da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, é essencial para o resguardo do interesse público, o qual compreende não só os interesses específicos da Administração Pública como também os de toda coletividade. 2. O ato impugnado não violou o princípio da isonomia, já que não proporcionou à vencedora alterar o valor total de sua proposta, e **a existência de erro material na planilha de formação de custos, apresentada pela licitante, por si só, não seria suficiente para desclassificá-la, uma vez que o instrumento convocatório do certame previu a possibilidade de o pregoeiro determinar a realização de diligências,** com a juntada de documentos que entendesse necessários ou

prestação de informações pertinentes. 3. Inexistindo irregularidade evidente na condução da licitação, não há razão para suspendê-lo, sob pena de ingerência indevida do Judiciário na gestão da coisa pública, porquanto não evidenciada arbitrariedade ou ilegalidade na atuação da(s) autoridade(s) impetrada(s). (TRF4, AC 5004803-81.2018.4.04.7203, QUARTA TURMA, Relatora VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, juntado aos autos em 13/12/2021)

[grifos nosso]

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina também milita em favor desta recorrente em relação à obrigatoriedade de realização de diligências:

APELAÇÃO. **MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO. DISCUSSÃO SOBRE SUPOSTOS VÍCIOS NA HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA. DEFICIÊNCIA NA DOCUMENTAÇÃO E NA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA. SENTENÇA DENEGATÓRIA DA SEGURANÇA. INSURGÊNCIA DA PARTE IMPETRANTE. "CERTIDÃO DE REGISTROS CADASTRADOS NO SISTEMA EPROC" NÃO APRESENTADA. VÍCIO SUPRIDO POR DILIGÊNCIA REALIZADA PELA AUTORIDADE LICITANTE. COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO. POSSIBILIDADE. EXEGESE DO ART. 43, § 3º, DA LEI Nº 8.666/1993. ALEGAÇÃO REJEITADA. "Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações neles contidas envolverem pontos obscuros - apurados de ofício pela Comissão ou por provocação de interessados -, a realização de diligências será obrigatória. Ou seja, não é possível decidir a questão (seja para desclassificar o licitante, seja para reputar superada a questão) mediante uma escolha de mera vontade. Portanto, a realização da diligência será obrigatória se houver dúvidas relevantes' (Marçal Justen Filho in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª ed., São Paulo: Dialética, 2012, p. 692). (destaque não constante d original)." (TJSC, Mandado de Segurança n. 2015.040433-8, da Capital,**

rel. Cesar Abreu, Grupo de Câmaras de Direito Público, j. 09-12-2015). ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EMITIDO EM FAVOR DE EMPRESA DIVERSA, PERTENCENTE AO MESMO GRUPO ECONÔMICO. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 30 DA LEI Nº 8.666/1993. ANULAÇÃO DO ATO DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJSC, Apelação n. 5038401-25.2020.8.24.0038, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Carlos Adilson Silva, Segunda Câmara de Direito Público, j. 31-08-2021).

[grifos nosso]

Marçal Justen filho leciona com a mesma sapiência:

A realização da diligência não é uma simples “faculdade” da Administração, a ser exercitada segundo juízo de conveniência e oportunidade. A relevância dos interesses envolvidos conduz à configuração da diligência como um poder-dever da autoridade julgadora. Se houver dúvida ou controvérsia sobre fatos relevantes para a decisão, reputando-se insuficiente a documentação apresentada, é dever da autoridade julgadora adotar as providências apropriadas para esclarecer os fatos. Se a dúvida for sanável por meio de diligência será obrigatória a sua realização." (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 16ª ed, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pág. 804.)

[grifos nosso]

Diante do exposto, **considerando a unilateralidade dos atestados de capacidade técnica e a ausência de registro no Conselho de Classe competente, o que, inevitavelmente, torna esses documentos demasiadamente frágeis,** a realização de diligências para apresentação de cópia do contrato que deu suporte à contratação relacionada nos atestados, endereço atual das contratantes, local em que foram executados os objetos contratados e cópia das

notas fiscais dos últimos três meses de prestação de serviços é medida que se impõe.

3. PEDIDOS

Ante o exposto, REQUER seja conhecido o presente recurso para julgá-lo totalmente procedente, com a consequente inabilitação da empresa recorrida e exame da proposta subsequente na ordem de classificação.

Não sendo reconsiderada a decisão pelo eminente pregoeiro, o que evidentemente não se espera, REQUER sejam os autos remetidos à autoridade superior competente, para que, após análise dos mesmos, defira o presente pedido.

Nestes termos, pede deferimento.

Joinville/SC, 11 de dezembro de 2024.

Ana Rafaela Soares de Borba

OAB/SC 35.112